



Redes sociais



Novo presidente da Associação do MPDFT toma posse

O promotor de Justiça Karel Ozon Monfort Couri Raad toma posse, hoje, como presidente da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT), tendo como vice o promotor Marcelo Leite Borges, para o biênio 2025-2027. A solenidade ocorrerá na edificação-sede do MPDFT. A entidade tem como função defender os interesses e prerrogativas da classe no DF. A chapa encabeçada por Karel Ozon obteve 213 votos dos 349 válidos dados por membros do MPDFT. Na carreira desde 1999, o novo presidente da associação atua como promotor da 4ª Promotoria de Justiça Infracional da Infância e da Juventude.

Articulação social na Casa Civil

O chefe da Casa Civil, Gustavo Rocha, teve participação direta na abertura de um abrigo provisório, que será instalado a partir de hoje, para proteger pessoas em situação de rua no Centro Integrado de Educação Física (Cief), na 907 Sul. O espaço funcionará todas as noites, de domingo a domingo, das 19h30 às 6h, com capacidade máxima para receber até 110 pessoas por turno. No local, o atendimento dará acesso a duas refeições (café da manhã e jantar), colchões e cobertores limpos para dormir, banho quente, kit de higiene e casacos fornecidos pela Campanha do Agasalho Solidário, além de acesso a serviço socioassistencial. Com a temperatura baixando — deve ficar abaixo de 10° nos próximos dias — Rocha entrou em campo numa atuação em parceria com as secretarias de Desenvolvimento Social e de Educação. “Esta ação faz parte de todo um plano de acolhimento, elaborado especificamente para o Distrito Federal, do qual somos pioneiros no Brasil”, afirma.



Marcelo Ferreira/CB/DA Press



Pela equidade e respeito às mulheres

Militares do sexo feminino são vítimas frequentes de assédio no ambiente de trabalho e a previsão é de que cerca de 1,5 mil jovens mulheres devam entrar no serviço militar em 2025. Pensando nisso, o Superior Tribunal Militar (STM) vai lançar, na próxima terça-feira, o Observatório Pró-Equidade da Justiça Militar da União (JMU). Com foco no respeito às diferenças e inclusão de minorias e grupos marginalizados da sociedade, o grupo pretende ampliar a implementação de políticas de inclusão no Poder Judiciário, uma exigência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). No caso da Justiça Militar, uma nova realidade reforça a atenção contra comportamentos discriminatórios: o potencial aumento da presença de mulheres nas Forças Armadas, a partir do lançamento este ano do serviço militar feminino. O Observatório Pró-Equidade da Justiça Militar defende a adoção de novos protocolos na instrução de processos e julgamentos sobre violência sexual — uma questão sensível que requer atendimento especializado para evitar preconceitos e riscos de revitimização (tratamento de culpabilização da vítima).

Divulgação



Olho no olho

O secretário de Saúde do DF, Juracy Lacerda, e a deputada distrital Paula Belmonte (Cidadania) se encontraram, ontem, durante a inauguração da nova Unidade Especializada em Cirurgia Bariátrica do Hospital Regional da Asa Norte (HRan). O evento foi promovido poucos dias após a deputada apresentar requerimento de convocação do secretário à Câmara Legislativa, cobrando explicações sobre falta de pediatras na rede pública. Na ocasião, Paula confrontou o secretário, olho no olho, em reunião do colégio de líderes, quando Lacerda apareceu a convite da base governista. Apesar das divergências recentes, o clima foi cordial. Paula, que destinou R\$ 200 mil em recursos de emendas parlamentares para viabilizar a reforma da ala bariátrica, descerrou a placa com Juracy Lacerda.

Divulgação



Distrital anuncia apoio a Leila para o Senado

Em um encontro promovido, na última terça-feira, com lideranças do PSol-DF, o deputado distrital Max Maciel oficializou apoio à reeleição da senadora Leila do Vôlei (PDT) ao Senado em 2026. Durante o encontro, o parlamentar destacou a importância de fortalecer o campo progressista e defender projetos comprometidos com a justiça social, os direitos humanos e o combate às desigualdades. Os parlamentares têm mantido uma agenda política intensa em parceria, com ações conjuntas em diversas regiões administrativas do DF. As reuniões passaram por Taguatinga, Ceilândia e São Sebastião. A próxima parada será no Sol Nascente/Pôr do Sol, em 31 de maio.

Mariana Campos/CB/DA Press



Extremo constrangimento

A OAB-DF divulgou nota em que se solidariza com a advogada Vera Lúcia Santana Araújo, atual ministra do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), vítima de atitude preconceituosa. “O preconceito racial é uma chaga histórica que ainda persiste em nossa sociedade e precisa ser enfrentada com firmeza e coragem. É inaceitável que, como palestrante, mulher negra e convidada a um evento, a Dra. Vera seja submetida a uma situação de extremo constrangimento por parte daqueles que deveriam fazer a recepção adequada do público que adentra no seu espaço”, afirma a direção da seccional.

Marcelo Ferreira/CB/DA Press



Seminário terá oficinas gratuitas para navegação com segurança nas redes

Inteligência Artificial e Educação Midiática, Mídia para Crianças e Adolescentes e Educação Midiática para o Público 60+ estão entre as oficinas gratuitas que o 3º Encontro Internacional de Educação Midiática vai oferecer amanhã, a partir das 13h30, durante o 3º Encontro Internacional de Educação Midiática. O seminário é realizado pelo Instituto Palavra Aberta, precursora, no Brasil, da educação midiática e das ações de combate às fake news. O tema deste ano é Autonomia e Pensamento Crítico para Toda a Sociedade. O evento começa às 10h, no auditório da Casa Thomas Jefferson, Asa Norte, em Brasília. “As tecnologias digitais permeiam quase todas as nossas interações com o mundo, oferecendo oportunidades, mas também enormes riscos e desafios. Para enfrentá-los, é imprescindível que a educação midiática alcance pessoas de todas as faixas etárias e classes sociais, nos mais diversos espaços”, explica a presidente executiva do Instituto Palavra Aberta, Patrícia Blanco. A programação será transmitida, a partir das 10h, pelo canal do YouTube da TV Futura. As oficinas serão presenciais.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» Entrevista | SANDRO AVELAR | SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code e assista à entrevista completa

Em entrevista ao *CB Poder*, Avelar comentou como foi, há poucos dias, a transferência de uma liderança do PCC para a Papuda e os cuidados que foram tomados. Ressaltou que ações de inteligência monitoraram pessoas ligadas ao criminoso

“Líder criminoso não se cria aqui”

» DARCIANNE DIOGO

A recente transferência para a Papuda de Marcos Roberto de Almeida, o Tuta — apontado como sucessor de Marcos Herbas Camacho, o Marcola, no comando do grupo criminoso Primeiro Comando da Capital (PCC) — e o combate ao feminicídio foram alguns dos temas

abordados, ontem, no *CB.Poder* — parceria do *Correio* com a TV Brasília. Aos jornalistas Darcianne Diogo e Carlos Alexandre, o secretário de Segurança Pública do DF, Sandro Avelar, comentou sobre o monitoramento de organizações delitivas na capital federal e a importância da participação ativa da sociedade no combate aos ataques violentos contra mulheres.

Sobre a vinda do Tuta, como sua Secretaria se organizou?

A vinda de uma liderança (do PCC) que é conhecida por ser perigosa veio através do sistema federal, Polícia Federal e Sistema Penitenciário Federal. Claro que tem uma repercussão também no nosso complexo da Papuda e também na Segurança Pública do Distrito Federal, uma vez que temos de fazer trabalho de inteligência: levantar dados sobre quem está vindo junto, eventuais comparsas ou familiares. Temos somado esforços para diminuir qualquer possibilidade de uma liderança como essa querer “se criar” (fortalecer-se) no DF.

organizações criminosas? Relatórios mostram que, no Centro-Oeste, há pelo menos 10.

Uma coisa que a gente pode falar com um grau bastante seguro é que, no DF, a gente tem feito um trabalho muito bom. Nossas corporações têm se antecipado e monitorado. Vólto a agradecer aos policiais penais, que têm feito um grande trabalho no sentido de monitorar e obter informações. Os policiais penais do DF passam informações, para a Polícia Civil, para a Polícia Militar, para a Polícia Federal, que permitem saber da movimentação dessas lideranças, aqui, na região.

O senhor preside o Conselho dos Secretários de Segurança Pública (Conseps). Como a

Marcelo Ferreira/CB/DA Press



entidade trata a questão das organizações criminosas?

Temos feito debates constantes e há uma busca em conhecer a situação das diversas regiões, dos diversos estados, para que possamos buscar soluções que atendam a todos. No que diz respeito ao combate ao crime organizado, por exemplo, os secretários da

região Norte demonstravam uma preocupação com o Rio de Janeiro, que estava recebendo uma quantidade grande de lideranças vindas de lá para se esconder nos morros cariocas. Essa troca de informações, sinceridade e seriedade no trato da segurança pública é algo que temos buscado muito dentro do Conseps.

Gostaria que o senhor falasse sobre a PEC da segurança.

O Ministério da Justiça apresentou uma primeira versão, que foi reformulada, e nessa reformulação eles ouviram algumas das sugestões — que nós trouxemos para o Conseps —, unanimemente aprovadas por todos os secretários de segurança pública do Brasil. Isso foi submetido ao Colégio de Governadores, presidido pelo nosso governador Ibaneis. Dos 27 governadores, 26 aprovaram aquelas propostas como sugestões ao Ministério da Justiça. Tem questões interessantes, como a criação, dentro da Constituição, de um fundo constitucional, cujos recursos vão ser voltados à segurança pública e ao sistema penitenciário, com a previsão de que não podem ser contingenciados. Mas tem uma questão que nos preocupa muito, que no primeiro item da proposta do Ministério da Justiça, se fala que as políticas gerais, nas diretrizes gerais da segurança pública serão ditadas ouvindo-se o Conselho Nacional de Segurança Pública. Isso seria muito bom se o Conselho tivesse, realmente, uma representatividade e pudesse realmente falar em nome da segurança pública.

Tivemos, recentemente, dois feminicídios em menos de 24 horas. O que falta para conseguirmos diminuir esse problema?

Acho que a gente tem que fazer um grande trabalho de conscientização da nossa população, uma coisa que agregue e faça a nossa população ajudar a proteger as mulheres de todo o Brasil. Porque é comum, por exemplo, o cidadão discar o 190 e chamar a PM quando está ouvindo a festa do vizinho e o som está alto. Mas, quando está escutando esse mesmo vizinho espancar a esposa ou a companheira, ele não liga para a polícia, porque acha que não tem nada a ver com isso. É uma mentalidade atrasada, que a gente tem que mudar para que o Estado tenha condições de fazer a sua parte: proteger as mulheres, fazer com que todos respeitem as mulheres. No entanto, tem que haver um engajamento realmente da sociedade, porque a grande maioria dos casos de feminicídio acontecem dentro do ambiente doméstico, nas residências, com armas brancas, que são fáceis, que você vê sempre encontrar em uma cozinha. Ou por espancamento ou esganamento da vítima.